Direcção Geral das Contribuições e Impostos, nos termos do artigo 12.º do decreto n.º 18:527, de 28 de Junho de 1930. Este concurso será válido por dois anos e os concorrentes aprovados serão nomeados, pela ordem da sua classificação, para as vagas existentes nos termos da parte final do artigo 1.º d'este decreto, deduzindo do número total dessas vagas o dos aspirantes contratados em serviço.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Janeiro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caetano da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência

Decreto-lei n.º 24:848

Tendo em vista o que foi exposto ao Governo pelo conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As taxas de juro, comissões ou prémios pela arrecadação, guarda ou cobrança de fundos ou valores que obrigatoriamente devam ser depositados na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência e não sejam abrangidos pelo decreto n.º 19:706, de 7 de Maio de 1931, é aplicável o que dispõe o decreto n.º 12:309, de 14 de Setembro de 1926.

§ único. O disposto neste artigo prevalece mesmo nos casos actualmente regulados por disposição especial de lei.

Art. 2.º Compete ao Ministro das Finanças, sob proposta do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, fixar o limite mínimo das importâncias que podem ser depositadas na Caixa Económica Portuguesa e o do abono de juros.

Art. 3.º As comissões, taxas ou prémios a cobrar pela arrecadação, guarda ou cobrança de depósitos voluntários constituídos em papéis de crédito, documentos ou outros objectos, e as comissões ou prémios devidos pela transferência de fundos ou valores e pela compra e averbamento de títulos, serão fixadas pelo conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, tendo em atenção as circunstâncias do mercado.

Art. 4.º É autorizado o Ministro das Finanças, quando o julgue justificado, e sob proposta do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, a fazer cessar quaisquer isenções concedidas relativamente aos depósitos e operações a que se referem os artigos 1.º e 3.º d'este decreto-lei.

Art. 5.º O disposto no artigo 5.º da base 4.ª do decreto n.º 4:670, de 14 de Julho de 1918, aplica-se aos saldos das contas de depósito de importância inferior a 5\$ que durante três anos consecutivos não tenham tido movimentação.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Janeiro de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António*

de Oliveira Salazar — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *José Caetano da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 24:849

Considerando que não está ainda organizado na Escola Militar o curso de aeronáutica, que promoverá o recrutamento dos oficiais para aquela arma;

Considerando que a falta de oficiais que se vem notando na arma de aeronáutica obriga a recorrer aos processos até agora seguidos para o seu recrutamento;

Mas considerando que se tem reconhecido a necessidade de modificar algumas das disposições da legislação em vigor sobre a forma de fazer aquele recrutamento;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto não estiver organizado na Escola Militar o curso de aeronáutica funcionará um curso destinado a preparar oficiais para esta arma na Escola Militar de Aeronáutica, sendo a admissão à matrícula feita por concurso documental perante um júri constituído pelo comandante da Escola, que servirá de presidente, pelo segundo comandante, pelo director da Divisão de Instrução e pelo ajudante da Escola, servindo este de secretário, sem voto.

Art. 2.º O número de alunos a admitir no curso será fixado mediante proposta da Direcção da Arma de Aeronáutica, que sera submetida à aprovação do Ministro da Guerra por intermédio do chefe do estado maior do exército, e publicado em *Ordem do Exército*.

Art. 3.º O concurso a que se refere o artigo 1.º será aberto mediante publicação em *Ordem do Exército* da respectiva declaração, feita com, pelo menos, quarenta e cinco dias de antecedência em relação à data em que aquele se deve encerrar.

Art. 4.º São condições indispensáveis para a admissão ao curso a que se refere o artigo 1.º:

a) Ser oficial do exército, de qualquer arma, em efectividade de serviço, habilitado com o curso da Escola Militar e com posto não superior a tenente;

b) Não ter completado vinte e sete anos de idade até ao dia 31 de Dezembro do ano em que seja admitido ao curso;

c) Obrigar-se, por declaração escrita, a ingressar na arma de aeronáutica depois de ter satisfeito a todas as condições exigidas pelo presente decreto;

d) Ter boas informações dos chefes sob cujas ordens tenha servido, tanto sob o ponto de vista da sua competência profissional, como sob o do seu comportamento militar e civil.

Art. 5.º Os oficiais que desejarem matricular-se no curso entregarão, nas unidades ou estabelecimentos a que pertencerem, os seus requerimentos, instruídos com os documentos necessários, podendo juntar toda a documentação comprovativa das habilitações que possuírem.

§ único. Os comandantes das unidades, ou os chefes dos estabelecimentos, enviarão directamente à Direcção da Arma de Aeronáutica aqueles requerimentos, com

os documentos que lhes estiverem juntos, devidamente informados e acompanhados das respectivas notas de assentos.

Art. 6.º Os oficiais candidatos à matrícula no curso, que satisfaçam a todas as condições citadas no artigo 4.º, serão classificados, pelo júri a que se refere o artigo 1.º, tendo em vista as seguintes condições de preferência:

1.ª Ter maiores habilitações científicas, devidamente comprovadas, designadamente as respeitantes a aeronáutica ou a conhecimentos militares;

2.ª Ter menos idade;

3.ª Ter melhor classificação no curso da sua arma;

4.ª Ter maiores aptidões desportivas, comprovadas por documentos oficiais.

Art. 7.º Depois de examinados todos os documentos, o júri de que trata o artigo 1.º organizará duas listas, em duplicado, uma com os candidatos admitidos, pela ordem de classificação segundo o disposto no artigo anterior, outra com os excluídos.

Um exemplar de cada uma das listas será afixado na Escola e o outro enviado à Direcção da Arma de Aeronáutica, que promoverá a apresentação dos candidatos admitidos.

§ único. Para cumprimento do disposto no artigo 8.º, a Direcção da Arma de Aeronáutica providenciará para que só sejam mandados apresentar na Escola Militar de Aeronáutica os candidatos suficientes para o preenchimento do número a que se refere o artigo 2.º, fazendo-se a sua chamada pela ordem de classificação estabelecida segundo o artigo 6.º

Art. 8.º Apresentados na Escola Militar de Aeronáutica, os candidatos serão examinados por uma junta, que verificará se possuem a robustez e as qualidades físicas necessárias ao serviço da aviação.

§ 1.º A junta sujeitará os candidatos às provas que julgue necessárias para avaliar a sua aptidão física.

§ 2.º Das decisões da junta não há recurso.

Art. 9.º A junta a que se refere o artigo anterior será constituída pelo comandante da Escola, pelo segundo comandante, pelo director da Divisão de Instrução, por dois médicos da Escola e pelo ajudante, servindo este de secretário, sem voto.

Art. 10.º Os candidatos reprovados na junta serão mandados regressar imediatamente à sua anterior situação.

Art. 11.º Os candidatos aprovados na junta, se residirem no continente, regressarão à sua situação anterior e serão mandados apresentar na Escola Militar de Aeronáutica quando se iniciem os trabalhos do curso.

Os que residam fora do continente regressarão igualmente à sua anterior situação quando o tempo que decorra entre o apuramento do concurso e o início do curso seja suficientemente longo para justificar a sua deslocação.

Art. 12.º Se algum dos candidatos admitidos desistir de frequentar o curso, será chamado o candidato classificado imediatamente a seguir ao último admitido, quando satisfaça a todas as condições exigidas, se aquela desistência tiver lugar antes de iniciados os trabalhos do curso, e só neste caso.

§ único. Se durante o funcionamento do curso for verificada a falta de aptidão de algum dos oficiais alunos, a Direcção da Arma de Aeronáutica, mediante parecer fundamentado do comandante da Escola, proporá ao Ministro da Guerra, por intermédio do chefe do estado maior do exército, a sua eliminação.

Art. 13.º No fim do curso os oficiais alunos serão classificados em aptos e não aptos.

§ 1.º Os julgados aptos serão inscritos numa relação organizada segundo a escala decrescente do posto e, dentro deste, pela antiguidade, e destinados à arma de aeronáutica.

§ 2.º Os não aptos, e bem assim os eliminados, segundo o disposto no § único do artigo 12.º, serão mandados apresentar na 1.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, a fim de lhes ser dado destino.

Art. 14.º Os oficiais habilitados com o curso a que se refere o presente decreto só ingressarão no quadro da arma de aeronáutica quando na sua arma de origem tiverem o posto de tenente, e será pela antiguidade neste posto, regulada pelo decreto n.º 17:378, de 27 de Setembro de 1929, que se fará a sua inscrição naquele quadro.

§ único. Enquanto não puderem ingressar no quadro da arma de aeronáutica, os oficiais a que se refere este artigo serão considerados adidos ao quadro das suas respectivas armas, percebendo os seus vencimentos pela de aeronáutica, e ser-lhes-ão reservadas as vagas que devem preencher no quadro desta arma quando reunirem todas as condições para nêle ingressarem.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Janeiro de 1935.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Henrique Linhares de Lima*—*Manuel Rodrigues Júnior*—*Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa*—*Anibal de Mesquita Guimarães*—*José Caeiro da Mata*—*Duarte Pacheco*—*Armindo Rodrigues Monteiro*—*Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação*—*Sebastião Garcia Ramires*—*Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 7:964

Tendo o decreto n.º 9:286, de 28 de Dezembro de 1923, alterado a redacção do § 1.º do artigo 21.º do decreto n.º 5:571, de 10 de Maio de 1919, e estabelecido no artigo 2.º a remuneração de 10\$ por sessão para o exercício das comissões de carácter não permanente, quando acumuladas com qualquer outra comissão;

Determinando o § único do artigo 32.º do citado decreto n.º 5:571 que em caso algum é acumulável o abono de subsídio de embarque com o de gratificação de comissão em terra;

Tendo surgido dúvidas se a gratificação de 10\$ é acumulável com o subsídio de embarque;

Estabelecendo a lei que as comissões de serviço de carácter não permanente são retribuídas por sessão, segundo acto de presença justificado pela respectiva acta, o que significa que são exercidas por mais de um oficial, sob a forma de colégio, o qual tem de funcionar sempre no mesmo local, que não pode deixar de ser em edificio público;

Sendo a gratificação de 60\$ mensais de que trata o § 1.º do artigo 21.º do decreto n.º 5:571 gratificação de comissão em terra, e mostrando-se que a gratificação de 10\$ por sessão, não podendo o abono exceder 60\$ mensais, é apenas modalidade daquela;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que as comissões de serviço de carácter não permanente, a que se refere o artigo 2.º do decreto n.º 9:286, sejam consideradas comissões em terra, não sendo por isso a respectiva gratificação acumulável com o subsídio de embarque.

Ministério da Marinha, 5 de Janeiro de 1935.—O Ministro da Marinha, *Anibal de Mesquita Guimarães*.